



Sindforte/RN participa de Abril Verde: Brasil é o quarto país do mundo em acidentes fatais de trabalho



Números apresentados em mesa-redonda no MPT/RN demonstram que trabalhadores terceirizados são os mais penalizados

O Ministério Público do Trabalho no Rio Grande do Norte encerrou o mês de ações voltadas ao Abril Verde com uma mesa redonda que ocorreu no auditório do MPT/RN, na manhã da última quinta-feira (27). Sob o tema “Os reflexos da terceirização na saúde e na segurança do trabalhador”, o debate, presenciado por trabalhadores e sindicatos, marcou o Dia Mundial em Memória às Vítimas de Acidentes do Trabalho.

O procurador chefe do MPT/RN, Fábio Romero Aragão Cordeiro, compôs a mesa diretora do evento juntamente com a procuradora Regional do Trabalho e titular regional da Coordenadoria de Defesa do Meio Ambiente do Trabalho do MPT, Ileana Neiva, a

juíza do Trabalho Simone Medeiros Jalil, gestora regional do Programa Trabalho Seguro no RN, o chefe de fiscalização da Superintendência Regional do Trabalho, Calisto Torres Neto, a representante do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador Estadual, Paula Araújo, a presidente do Conselho Municipal de Saúde, Geolipia Jacinto, e o representante do Sindicato Estadual dos Trabalhadores Vigilantes em Transporte de Valores do RN (SINDFORTE), Marcos Aurélio, representando os trabalhadores.

Em suas falas na abertura, o procurador-chefe do MPT/RN e a procuradora Ileana Neiva destacaram a singularidade do momento político, em que a aprovação em regime de

urgência da Reforma Trabalhista, em primeiro turno na Câmara dos Deputados, sem amplo e profundo debate sobre suas consequências, simboliza uma derrota para os trabalhadores. “Não há nada de bom para o trabalhador nessa Reforma”, destacou Fábio Romero.

O primeiro participante da mesa redonda, juiz do Trabalho Zéu Palmeira Sobrinho, tratando do tema terceirização, trouxe dados surpreendentes. “O Brasil tem aproximadamente 13 milhões de trabalhadores terceirizados. Destes, oito entre dez estão na faixa de remuneração de até três salários mínimos. Morrem 3,4 vezes mais, em comparação com empregados efetivos. Ou seja, são precarizados não só na remuneração, mas também nas condições de trabalho”, concluiu.

O magistrado ainda destacou que 82% dos casos apurados de trabalho análogo à escravidão tinham conexão com trabalho terceirizado. “A terceirização e o trabalho escravo são irmãos siameses. É necessário combater a precarização, a terceirização predatória. A terceirização estruturante é boa, mas no Brasil a terceirização só visa a maximização do lucro”, asseverou.

Em sua fala, o gerente executivo do INSS no RN, André Paulino Azevedo, apontou os reflexos que os números trazidos pelo juiz Zéu Palmeira na arrecadação e orçamento previdenciários. “Esses números têm reflexo importante no custo da malha de proteção social. Todas as patologias e doenças têm relação com a precarização do trabalho, como a sobrecarga de jornada e a falta de perspectivas de progressão no trabalho”, afirmou, apontando os problemas frequentemente encontrados nas relações de trabalho terceirizado.

A exposição prosseguiu com a fala da presidente do Conselho Municipal de Saúde, Geolipia Jacinto. Segundo ela, no Rio Grande do Norte, 35 mil trabalhadores se acidentaram

nos últimos cinco anos. Os acidentes fatais vitimaram 124 trabalhadores.

Nesse cenário, Geolipia lamentou a precarização de entidades como o CEREST Estadual, o qual, de acordo com relatório de auditoria do DENASUS, está cumprindo a Política Nacional de Saúde do Trabalhador de forma precária. Para ela, o descaso de alguns empregadores com a segurança e a saúde dos seus trabalhadores, aliado ao descaso de órgãos estatais em relação ao amparo ao trabalhador são motivo de preocupação.

O debate ainda contou com a fala do representante do controle social José de Alcântara Ramos Neto, coordenador estadual da Comissão Intersetorial de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora no RN, que destacou as dificuldades de gestão nos órgãos responsáveis pela saúde e segurança do trabalhador. Ele ainda destacou que, como parte das ações em alusão ao Abril Verde, a ponte Newton Navarro foi iluminada com a cor da campanha durante o mês.

Para a procuradora Ileana Neiva, que encerrou a mesa redonda, o fim da necessidade de homologação do Termo de Rescisão do Contrato de Trabalho pelo Sindicato ou pelo Ministério do Trabalho, previsto na Reforma, prejudica o trabalhador ao retirar do sindicato a possibilidade de fiscalizar a ocorrência de demissões fraudulentas e de trabalhadores doentes. “É mais uma forma de precarização da relação do trabalho”, apontou.

Alertou, ainda, que “as explicações sobre os benefícios da trabalhista não convencem, e até organismos financeiros internacionais, diante do que aconteceu em outros países, com Portugal, México e Espanha, têm recomendado que as políticas econômicas não aprofundem a desigualdade social, e é isso, infelizmente, que a reforma trabalhista aprovada irá trazer”, concluiu.

Fonte: MPT/RN

Sob intensos protestos, Câmara aprova substitutivo da reforma da Previdência

Projeto tem poucos ajustes em relação ao texto original e tende a enfrentar votação difícil no plenário



Sessão teve debates e intensa troca de farpas entre oposição e governistas / Marcelo Camargo/ Agência Brasil

A Câmara Federal aprovou, na noite desta quarta-feira (3), o substitutivo (projeto alternativo) apresentado pelo deputado Arthur Maia (PPS-BA) na comissão especial sobre a reforma da Previdência, traduzida na Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 287. Depois de um dia inteiro de debates e intensa troca de farpas no colegiado, o governo alcançou 23 votos contra 14 dos opositores. Nenhum deputado se absteve de votar. A comissão avalia neste momento os 14 destaques que foram apresentados pelos parlamentares.

O placar, que corresponde às previsões traçadas, resulta não só das barganhas de bastidor empreendidas pelo Planalto, mas também de um troca-troca de membros titulares do colegiado que compõem a base aliada ao mesmo tempo em que se opõem à reforma. O governo se movimentou nos últimos dias para substituir parlamentares que pudessem colocar em risco o resultado almejado. O deputado Alessandro Molon (Rede-RJ) qualificou o placar como um “artificialismo”.

“O governo quer passar uma falsa imagem de uma maioria que ele não tem nesta Casa; tem feito substituições, ameaças, chantagens e chamado os colegas de infiéis. Mas os colegas que são contra a reforma não são infiéis; eles são fiéis à população brasileira. (...) Este resultado aqui é falso e não reflete o número que hoje teríamos no plenário”, completou o opositor, em entrevista ao Brasil

de Fato.

Os partidos PT, PCdoB, PSOL, Rede, PDT, PHS, PROS e Solidariedade orientaram as bancadas a votarem contra a medida, enquanto a base aliada computou votos de legendas como PMDB, PSDB, DEM, PSD, PL, PP, PR, PSB, PRB, PTN, PSC.

Mudanças

O documento analisado pelo colegiado traz como alteração a inclusão de policiais federais e legislativos no regime de aposentadoria especial, com idade mínima de 55 anos para acesso à aposentadoria. A mudança está diretamente relacionada aos protestos das categorias do setor de segurança pública em torno da reforma. Nessa terça-feira (2), um grupo de agentes penitenciários ocupou a sede do Ministério da Justiça, em Brasília, como forma de demarcar oposição à PEC.

A iniciativa esquentou os bastidores do Planalto, que finalizou a edição do documento somente na madrugada desta quarta-feira, promovendo o referido ajuste, tendo emendado o relatório ainda durante o intervalo na sessão. No início da tarde, o relator havia informado sobre a inclusão também dos agentes penitenciários no regime especial, no entanto, após um intenso lobby nos bastidores do colegiado, o governista voltou atrás e retirou o grupo do regime. A atitude foi motivo de um dos principais embates na comissão.

Contexto

Na atual fase de tramitação, a PEC 287 está imersa em um cenário de contradições. Enquanto o governo objetiva celeridade na aprovação, teme uma derrota em plenário, onde a base aliada ainda não garante uma margem de segurança para a votação. Já a oposição se esforça tanto para adiar a apreciação final do relatório quanto para capitalizar o vácuo temporal que existe entre uma votação e outra.

Isso porque, tendo aprovado o relatório sem uma garantia de vitória final, o governo deve sofrer maior desgaste com barganhas nos subterrâneos do Planalto, à medida que os opositores da

reforma contam com os segmentos populares para fazer crescer a massa de brasileiros que se opõem à PEC.

A expectativa está respaldada na última pesquisa de opinião feita pelo Instituto Datafolha, que acusa uma rejeição de 71% da proposta por parte da população, ao mesmo tempo em que o governo define, com 92% das pessoas avaliando que o país estaria no rumo errado, segundo pesquisa da consultoria Ipsos, publicizada no final de abril.

“A população vai ficar ainda mais ciente da destruição de direitos que é essa reforma. (...) Esperamos que cresça a indignação popular e que nós tenhamos uma rejeição dessa proposta”, disse o deputado Ivan Valenté (PSOL-SP), encampando o discurso de desidratação crescente do governo.

Mais uma vez, a sessão da comissão se deu sob intensos protestos de grupos populares, que têm ido com frequência ao Congresso Nacional para exercer pressão sobre os parlamentares. Durante os debates no colegiado, um grupo de agentes penitenciários cercou uma das entradas da Câmara, sendo impedido pela polícia legislativa de ingressar no local.

Plenário

Enquanto a PEC centraliza o jogo de forças entre os parlamentares, a oposição mira a queda de braço final que circunda a tramitação da reforma na Casa. “A nossa disputa central é no plenário”, destacou a vice-líder da minoria, Jandira Feghali (PCdoB-RJ), em referência à dificuldade governista de angariar os 308 votos necessários à aprovação da matéria. Por se tratar de uma PEC, o regimento exige que 60% dos 513 deputados votem pela medida.

No que tange aos empecilhos enfrentados pelo governo, a perspectiva anunciada pelo cenário espinhoso é corroborada pelas recentes frustrações da base aliada. Na votação da reforma trabalhista na Câmara Federal, na última semana, o Planalto obteve 297 votos, abaixo da expectativa, que já vinha se frustrando desde a votação – ainda inconclusa – dos destaques do ajuste fiscal dos estados, no último dia 25. Na ocasião, os aliados somaram 241 votos, menos que os 257 exigidos pelo regimento.

Ainda sem data definida, a votação da PEC em plenário deve ocorrer na segunda quinzena deste mês, segundo informou nesta quarta (3) Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV

Presidente da CNTV: José Boaventura Santos

Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz

Jornalista: Pricilla Abdelaziz

Diagramação: Anibal Bispo

o presidente da comissão, o governista Carlos Marun (PMDB-RS).

Transparência

Um dos principais pontos de ebulição entre governo e oposição se deu por conta da dificuldade de acesso ao substitutivo final apresentado pelo relator, que foi disponibilizado aos membros do colegiado somente após o início da sessão. O material trouxe cerca de 30 páginas com modificações.

Apesar de o regimento da Casa não fixar um prazo de antecedência, deputados da oposição destacaram que, em geral, os parlamentares recebem os documentos antes do início da sessão. Eles apontaram ainda que a demora seria uma estratégia orientada para a tentativa de sufocamento dos debates.

“Isso mostra que o governo continua inseguro na apresentação do relatório, por isso a todo momento tenta trazer uma novidade, mas todas elas são insuficientes, com poucas concessões. O relatório continua muito cruel, sobretudo com os mais pobres”, criticou Molon, reforçando as críticas.

“Essa reforma é o modelo mundial da exclusão previdenciária, que foi usado na Espanha para o descalabro da economia e dos trabalhadores espanhóis”, comparou a líder do PCdoB na Câmara, Alice Portugal (BA), acrescentando que o tempo mínimo de 25 anos de contribuição penaliza fortemente a classe trabalhadora brasileira, que está sujeita a um mercado de trabalho com alta rotatividade.

“Trabalhadoras domésticas, por exemplo, que acabaram de ter direito ao benefício previdenciário, estarão excluídas do processo”, pontuou a deputada, em referência à recente aprovação da PEC das Domésticas, em 2015, quando o segmento passou a ter direito legal à carteira assinada.

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), no último trimestre do ano passado, por exemplo, 68% das domésticas não tinham carteira assinada. O levantamento é feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Fonte: Brasil de Fato

www.cntv.org.br

cntv@terra.com.br

(61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior,

Térreo, lojas 09-11

73300-000 Brasília-DF